

<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17547>

## DOSSIÊ

# Evolução recente da economia e do mercado de trabalho no estado de São Paulo

*Miguel Huertas Neto\**

### Resumo

O mercado de trabalho brasileiro passou por importantes transformações na década de 2010. Entre 2004 e 2014, houve aumento do emprego formal, redução da informalidade, crescimento dos salários e melhoria na distribuição de renda. Essas tendências sofreram uma inflexão causada pela acentuada recessão econômica de 2015-2016. A reforma trabalhista de 2017 ampliou os efeitos desestruturantes no mercado de trabalho iniciados com a crise econômica. Além disso, foi intensificado o processo de desindustrialização, cresceu a participação do setor de serviços no PIB e aumentou a dependência da exportação de *commodities*, o que trouxe impactos na estrutura de emprego e salários. Este estudo analisou as principais transformações na estrutura econômica do estado de São Paulo e seus impactos no mercado de trabalho no período de 2012 a 2020. Ficou evidente o avanço do setor de serviços na geração de ocupações e a redução do emprego na indústria. Diminuiu o emprego formal e cresceu o trabalho por conta própria. Ademais, aumentou a proporção de pessoas nas faixas etárias superiores e das com mais anos de estudo.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho; Estrutura econômica – estado de São Paulo.

**JEL:** J21, J23, J31, J46, R12.

\* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6848-6641>

E-mail: miguelhuertasneto@gmail.com



## Recent evolution of the economy and labor market in the state of São Paulo

### Abstract

The Brazilian labor market experienced important changes in the 2010s. Between 2004 and 2014, there was an increase in formal employment, a reduction in informality, wage growth and an improvement in income distribution. These trends suffered an inflection point caused by the sharp economic recession of 2015-2016. The 2017 labor reform amplified the destructive effects on the labor market that began with the economic crisis. In addition, the process of deindustrialization intensified, the services sector's share of GDP grew and dependence on commodity exports increased, which had an impact on the structure of employment and wages. This study analyzed the main changes in the economic structure of the state of São Paulo and their impact on the job market between 2012 and 2020. The advance of the services sector in generating jobs and the reduction of employment in industry were evident. Formal employment fell and self-employment grew. In addition, the proportion of people in the older age groups and those with more years of schooling increased.

**Keywords:** Labor market; Economic structure – state of São Paulo, Brazil.

## Evolución reciente de la economía y del mercado laboral en el estado de São Paulo

### Resumen

El mercado laboral brasileño experimentó importantes cambios en la década de 2010. Entre 2004 y 2014, se produjo un aumento del empleo formal, una reducción de la informalidad, un crecimiento de los salarios y una mejora de la distribución de la renta. Estas tendencias sufrieron un punto de inflexión causado por la fuerte recesión económica de 2015-2016. La reforma laboral de 2017 amplificó los efectos destructivos sobre el mercado de trabajo que comenzaron con la crisis económica. Además, se intensificó el proceso de desindustrialización, creció la participación del sector servicios en el PIB y aumentó la dependencia de las exportaciones de materias primas, lo que repercutió en la estructura del empleo y los salarios. Este estudio analizó los principales cambios en la estructura económica del estado de São Paulo y su impacto en el mercado laboral entre 2012 y 2020. Se hizo evidente el avance del sector servicios en la generación de puestos de trabajo y la reducción del empleo en la industria. El empleo formal cayó y el autoempleo creció. Además, aumentó la proporción de personas en los grupos de mayor edad y con más años de escolaridad.

**Palabras clave:** Mercado laboral; Estructura económica – estado de São Paulo, Brasil.

## Évolution récente de l'économie et du marché du travail dans l'état de São Paulo

### Résumé

Le marché du travail brésilien a connu d'importants changements dans les années 2010. Entre 2004 et 2014, il y a eu une augmentation de l'emploi formel, une réduction de l'informalité, une croissance des salaires et une amélioration de la répartition des revenus. Ces tendances ont subi un point d'inflexion causé par la forte récession économique de 2015-2016. La réforme du travail de 2017 a amplifié les effets destructeurs sur le marché du travail qui ont commencé avec la crise économique. En outre, le processus de désindustrialisation s'est intensifié, la part du secteur des services dans le PIB a augmenté et la dépendance à l'égard des exportations de matières premières s'est accrue, ce qui a eu un impact sur la structure de l'emploi et des salaires. Cette étude analyse les principaux changements dans la structure économique de l'État de São Paulo et leur impact sur le marché du travail entre 2012 et 2020. La progression du secteur des services dans la création d'emplois et la réduction de l'emploi dans l'industrie sont devenues évidentes. L'emploi formel a diminué et l'emploi indépendant a augmenté. En outre, la proportion de personnes appartenant à des groupes d'âge plus élevés et de personnes plus scolarisées a augmenté.

**Mots-clés:** Marché du travail; Structure économique – état de São Paulo, Brésil.

## Introdução

A partir do século XIX, o estado de São Paulo vem ocupando papel de relevância na economia brasileira, com o desenvolvimento da economia cafeeira e pelo processo de industrialização e modernização no país. Porém, apesar de ser a maior economia entre os estados brasileiros, tem apresentado pouco dinamismo econômico e tem sofrido os efeitos da desindustrialização desde os anos 1990. Como a dinâmica do mercado de trabalho é influenciada principalmente pela estrutura produtiva, o desempenho econômico e o regramento do trabalho, o baixo crescimento, as mudanças na estrutura econômica caracterizadas pela desconcentração regional da economia, o processo de desindustrialização, além da reforma trabalhista de 2017, que modificou as bases do sistema de relações de trabalho, trazem impactos substanciais ao mercado de trabalho brasileiro.

Pochmann (2020) divide historicamente a estruturação do mercado de trabalho em três períodos. O primeiro está relacionado à sociedade agrária, com seu último e importante ciclo no setor cafeeiro da região Sudeste, com grande concentração no estado de São Paulo, que ao longo do século XIX trilhou uma lenta trajetória para a consolidação do capitalismo brasileiro, onde o fim da escravidão em 1888 representa um marco dessa transição, quando se constituiu um mercado de trabalho tipicamente capitalista, em que o assalariamento da força de trabalho se consolida, com as especificidades de um país periférico, sendo formado por ex-escravos, mestiços livres e o grande fluxo de imigrantes brancos da Europa.

O segundo é o período do capitalismo industrial e urbano, quando, a partir dos anos 1930, o Brasil inicia o processo de industrialização, que tem em São Paulo o seu centro dinâmico, por já possuir, segundo Cano (2007), uma produção industrial relevante e condições de acumulação de capital que viabilizaram o investimento industrial na capital e, posteriormente, em seu entorno. No mundo do trabalho, a regulação pública com os direitos estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a formalização do emprego com carteira de trabalho assinada foram fundamentais para a expansão do emprego industrial urbano. No entanto, as formas precárias de trabalho mantiveram-se em patamares elevados, uma vez que a concentração industrial em São Paulo ampliou as desigualdades econômicas entre as regiões do país. Assim, o emprego industrial formal era também concentrado na indústria, especialmente em São Paulo, deixando parte da população excluída desse modelo de emprego, com a única opção de se ocupar em formas precárias de trabalho, consolidando dessa forma um mercado de trabalho nacional heterogêneo e excludente socialmente (Pochmann, 2020).

Na década de 1970, uma parcela da produção da indústria de transformação em São Paulo atinge o seu auge (58%). A partir daí tem início um processo de desconcentração

industrial, pelo qual o interior do estado e outras regiões do país começam a ampliar a participação na produção industrial. Até os anos 1980, essa desconcentração ocorre devido ao crescimento de São Paulo ser inferior ao das demais regiões – todas apresentam crescimento –, sendo uma forma positiva de desconcentração econômica, na visão de Cano (1998). A partir de 1980, em um cenário de crise econômica, inflação crescente e grave crise das contas externas, a desconcentração ocorreu devido à queda da produção industrial em São Paulo ser maior do que nas demais regiões, o que seria uma desconcentração do tipo espúria (Cano, 1998), quando a maioria das regiões apresenta redução de atividade.

O terceiro é o período atual, com a passagem para uma economia com predominância do setor de serviços em um processo de desindustrialização precoce, que ampliou e acelerou a desconcentração industrial, ao mesmo tempo que a adoção pelo Brasil das políticas econômicas neoliberais, alinhadas ao Consenso de Washington, inseriu o país de forma subordinada no processo de globalização, que estabeleceu uma nova divisão internacional do trabalho. Devido à concentração industrial de São Paulo, o estado, principalmente na capital e na região metropolitana, é o mais afetado pela desindustrialização, possuindo papel central desse processo no Brasil devido à sua diversificação e articulação produtiva e regional (Sampaio & Eutulain, 2020). Nesse contexto ocorre o crescimento da participação do setor de serviços, num processo de terciarização da economia, que avançou não apenas pelo crescimento desse setor, mas principalmente pela retração do setor industrial, com a diminuição ou o desaparecimento de algumas atividades (Pochmann, 2020).

No mercado de trabalho, observa-se que as transformações oriundas dessa reconfiguração, ainda em curso, e da estrutura econômica estão causando o “declínio de ocupações intermediárias e generalização do emprego na base da pirâmide social, o que favorece o aprofundamento da polarização social” (Pochmann, 2020, p. 91). Ademais, essa nova fase do mercado de trabalho “tem sido marcada pela desestruturação do mercado de trabalho, com significativa presença do desemprego aberto, a subutilização dos trabalhadores e a precarização das ocupações geradas” (Pochmann, 2020, p. 94).

O Brasil atravessou um período relativamente curto (2004-2014) em que essas tendências de desestruturação do mercado de trabalho pareciam passar por uma reversão, com melhorias significativas, “em razão da retomada do crescimento econômico e de políticas governamentais favoráveis à geração de empregos formais e à elevação dos salários” (Proni & Gomes, 2019, p. 21), principalmente a redução da desocupação e o crescimento do emprego formal. Este aumentou sua participação no total dos ocupados de 42,7% em 2002 para 56,6% em 2012 (Krein & Manzano, 2014), em um movimento que continuou até 2014, mas já com sinais de diminuição de dinamismo ao final do período (Baltar & Krein, 2013; Mattos, 2015; Cacciamali & Tatei, 2016; Oliveira, 2017).

Em 2015 e 2016, a recessão econômica encerrou o período de crescimento econômico, da melhoria na distribuição de renda e da redução de desigualdades (Macedo & Porto, 2020). No mercado de trabalho, em decorrência da crise econômica, houve a inflexão das tendências do período anterior, com aumento do desemprego, do desalento, da subocupação e da informalidade, estagnação do rendimento médio do trabalho e crescimento dos trabalhadores de baixa renda (Proni & Gomes, 2019). Isso resultou, portanto, numa retomada do processo de desestruturação do mercado de trabalho, que encontra na reforma trabalhista de 2017 mais um elemento desestruturante, agora não apenas do mercado de trabalho, mas também do sistema de relações de trabalho criado no início da década de 1940, com a fragilização financeira dos sindicatos, o desincentivo à negociação coletiva e a ampliação das possibilidades de negociação individual. Além de não trazer a volta do crescimento econômico e do emprego como prometido pelos seus idealizadores e defensores, a reforma contribuiu para “ampliar a precarização do trabalho pela substituição de vínculos formais por trabalho por conta própria e emprego sem registro” (Baltar & Leone, 2021, p. 113).

O objetivo deste artigo é analisar as principais transformações na estrutura econômica e no mercado de trabalho no estado de São Paulo, dentro desse contexto, no período de 2012 a 2020, e verificar em que medida as mudanças econômicas afetaram o mercado de trabalho. Na primeira seção será apresentado um panorama das recentes transformações na economia paulista. Na segunda seção serão abordadas as mudanças no mercado de trabalho, em relação à ocupação total, desocupação, estrutura ocupacional e rendimentos. E na conclusão será feita uma breve síntese dos principais aspectos das transformações econômicas e do mercado de trabalho.

5

## 1. Evolução recente da economia paulista

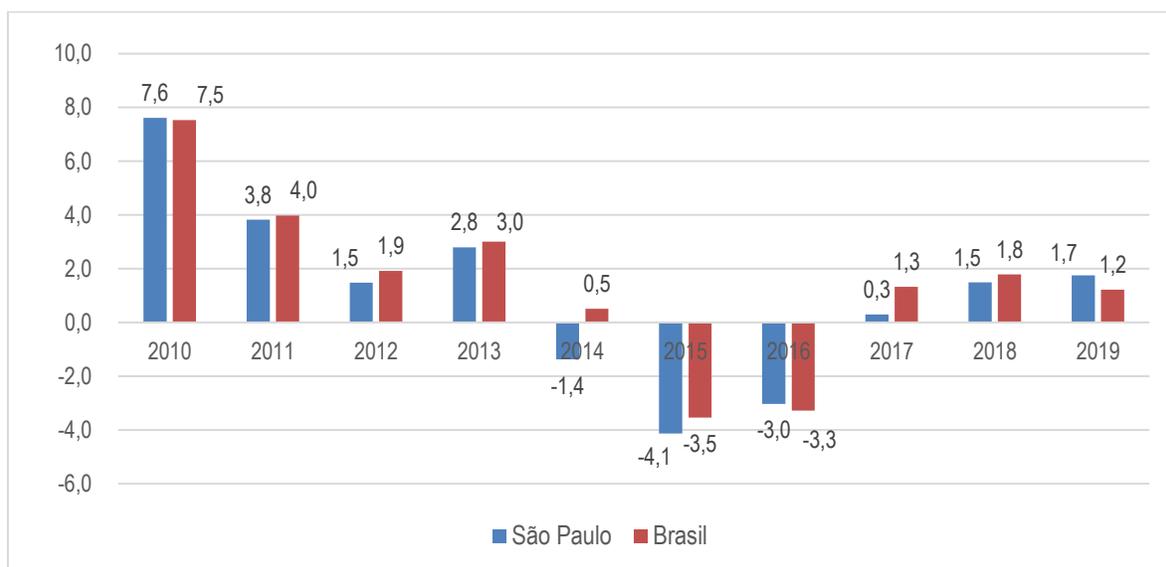
### 1.1. Produto Interno Bruto

O Gráfico 1 apresenta o crescimento percentual do Produto Interno Bruto (PIB) do estado de São Paulo e o do Brasil no período de 2010 a 2019. Na maioria dos anos, o desempenho econômico paulista foi inferior do que média nacional. Em 2010, o PIB paulista cresceu praticamente no mesmo nível da média brasileira, porém em 2011, 2012 e 2013 o crescimento de São Paulo ficou levemente abaixo do registrado pelo Brasil.

Em 2014, foi observada a maior diferença: o PIB nacional cresceu 0,5% e a economia paulista apresentou desempenho negativo de 1,4%, uma diferença de 1,9 p.p. Dessa forma, o estado de São Paulo passou três anos consecutivos com diminuição do produto real. Quando o Brasil entrava em recessão em 2015, a economia paulista já estava nessa

situação e, mesmo assim, também apresentou um desempenho pior que a média nacional, 4,1%, ante a queda de 3,5% em todo o país. Em 2016, a retração do PIB paulista foi de 3%, ligeiramente inferior à média nacional (3,3%). Em 2017, a economia nacional apresentou uma retomada do crescimento econômico, porém a níveis baixos, com avanço de 1,3%. Já a economia paulista, mesmo após três anos de recessão, apresentou resultado inexpressivo e próximo da estagnação (0,3%). Em 2018, o PIB paulista continuou a apresentar resultado inferior à média brasileira, 1,5% e 1,8%, respectivamente. Apenas em 2019, o PIB paulista cresceu a um nível um pouco significativamente maior que o do Brasil (1,7%).

**Gráfico 1. Variação do PIB (em %). Brasil e São Paulo: 2010-2019.**



Fonte: IBGE. Sistema de Contas Nacionais. Elaboração do autor.

O fraco desempenho da economia paulista ao longo da década levou à perda de participação do estado de São Paulo no PIB nacional. A Tabela 1 mostra que, entre 2010 e 2019, a participação se reduziu 1,5 p.p., de 33,3% para 31,8%. No período, observou-se também menor participação da região Sudeste em um nível maior ainda, queda de 3,1 p.p., passando de 56,1% para 53% do PIB.

**Tabela 1. Participação percentual no PIB (em %). Sudeste e São Paulo: 2010-2019.**

|           | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Sudeste   | 56,1 | 56,1 | 55,9 | 55,3 | 54,9 | 54,0 | 53,2 | 52,9 | 53,1 | 53,0 |
| São Paulo | 33,3 | 32,8 | 32,4 | 32,2 | 32,2 | 32,4 | 32,5 | 32,2 | 31,6 | 31,8 |

Fonte: IBGE. Sistema de Contas Nacionais. Elaboração do autor.

Entre os setores de atividade econômica, no período de 2010 a 2019, são observadas duas relevantes transformações na economia do estado de São Paulo (Tabela 2). A primeira é a significativa retração de 6,8 p.p. da atividade industrial no PIB estadual, de 27,1% para 20,3%. Entre os subsetores, apenas a indústria extrativa apresentou aumento na participação, de 0,2% para 0,7%, devido ao aumento da exploração de petróleo na bacia de Santos. Dessa forma, o que explica a retração industrial são as quedas da participação da indústria de transformação, de 19,2% para 14,4%, e da construção, de 5,8% para 3,4%.

**Tabela 2. Participação percentual dos setores e subsetores de atividade no PIB (em %).  
São Paulo: 2010-2019.**

| Setor e subsetor de atividade              | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Agropecuária                               | 2,1  | 2,0  | 1,9  | 1,9  | 1,8  | 1,6  | 2,1  | 2,0  | 1,7  | 1,7  |
| Indústria                                  | 27,1 | 25,8 | 23,8 | 22,8 | 22,0 | 21,9 | 21,4 | 21,2 | 21,1 | 20,3 |
| Indústrias extrativas                      | 0,2  | 0,3  | 0,4  | 0,5  | 0,7  | 0,5  | 0,2  | 0,3  | 0,7  | 0,7  |
| Indústrias de transformação                | 19,2 | 18,1 | 16,4 | 15,2 | 14,9 | 14,8 | 15,1 | 15,2 | 15,0 | 14,4 |
| Construção                                 | 5,8  | 5,5  | 5,5  | 5,6  | 5,2  | 5,0  | 4,4  | 4,0  | 3,7  | 3,4  |
| Serviços                                   | 70,8 | 72,3 | 74,3 | 75,4 | 76,2 | 76,4 | 76,5 | 76,7 | 77,2 | 78,0 |
| Comércio e reparação de veículos           | 12,3 | 13,2 | 13,8 | 14,1 | 13,8 | 13,5 | 13,0 | 13,5 | 13,8 | 13,9 |
| Transporte, armazenagem e correio          | 4,8  | 5,0  | 5,0  | 5,2  | 5,5  | 4,8  | 4,9  | 4,8  | 4,8  | 5,0  |
| Alojamento e alimentação                   | 2,1  | 2,3  | 2,2  | 2,5  | 2,7  | 2,3  | 2,3  | 2,2  | 2,2  | 2,3  |
| Informação e comunicação                   | 5,7  | 5,6  | 5,7  | 5,5  | 5,1  | 5,2  | 5,1  | 5,4  | 5,6  | 5,7  |
| Atividades financeiras                     | 12,3 | 11,8 | 11,6 | 10,7 | 11,3 | 12,5 | 13,7 | 13,0 | 12,0 | 12,3 |
| Atividades imobiliárias                    | 8,0  | 8,5  | 9,2  | 9,6  | 9,6  | 9,9  | 9,9  | 10,1 | 10,4 | 10,5 |
| Ativ. profissionais, cient., técn., admin. | 9,4  | 9,9  | 10,2 | 10,5 | 10,7 | 10,6 | 10,6 | 10,3 | 10,3 | 10,6 |
| Administração, defesa, serviços públicos   | 9,6  | 9,5  | 9,5  | 10,0 | 9,7  | 10,1 | 9,7  | 9,7  | 9,7  | 9,4  |
| Educação e saúde privadas                  | 3,5  | 3,6  | 4,0  | 4,3  | 4,7  | 4,6  | 4,4  | 4,6  | 5,0  | 4,9  |

Fonte: IBGE. Sistema de Contas Nacionais. Elaboração do autor.

A segunda importante transformação é o aumento da participação do setor de serviços no PIB paulista, que avançou 7,2 p.p., passando de 70,8% para 78%. Os subsetores de serviços com crescimento mais expressivo foram: comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, que passou de 12,3% para 13,9%; atividades imobiliárias, de 8% para 10,5%; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares, de 9,4% para 10,6%; e educação e saúde privadas, de 3,5% para 4,9%.

Os subsetores informação e comunicação e atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados mantiveram sua participação no PIB do estado de São Paulo. Eles detinham uma participação de 5,7% e 12,3%, respectivamente, no ano de 2010. Apenas o subsetor administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social teve queda no período, de 9,6% para 9,4%.

## 1.2. Distribuição funcional da renda

Os dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permitem a mensuração da distribuição funcional da renda, em que se observa a distribuição da renda entre capital e trabalho. Os dados para o estado de São Paulo mostram o crescimento da remuneração dos trabalhadores no período de 2010 a 2015, passando de 41,0% para 43,2% do PIB. Entre os dois componentes da remuneração, os salários e as contribuições sociais, o melhor desempenho é dos salários efetivamente recebidos pelos trabalhadores (de 32,3% para 34,4%). Por outro lado, as contribuições sociais oscilam positivamente até 2012, depois mantêm-se em um patamar com pouca oscilação, entre 8,6% e 8,9% (Tabela 3).

A remuneração do capital, mensurada pelo excedente operacional bruto e, em parte, pelo rendimento misto, que em geral representa a renda dos autônomos, onde a separação entre renda de capital e trabalho é difícil de ser estabelecida, apresenta comportamento oposto da remuneração do trabalho, tendo em vista a disputa de ambas as classes sociais pela renda gerada no processo produtivo. Em São Paulo, a participação da renda do capital declina no período de 2010 a 2012 (de 40,5% para 38,7%). Nos anos seguintes, há uma retomada, com um aumento da participação da renda do capital, que tem o seu maior percentual da década em 2016 (40,6%). A partir daí oscila entre 39% e 40%.

**Tabela 3. Distribuição funcional da renda (em %). São Paulo: 2010-2019.**

|  | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Remuneração                                    | 41,0 | 41,7 | 42,6 | 42,6 | 42,5 | 43,2 | 42,8 | 42,8 | 42,9 | 42,9 |
| Salários                                       | 32,3 | 32,8 | 33,6 | 33,6 | 33,8 | 34,4 | 34,0 | 33,9 | 34,1 | 34,0 |
| Contribuição social                            | 8,7  | 8,9  | 9,1  | 9,0  | 8,6  | 8,8  | 8,7  | 8,9  | 8,8  | 8,9  |
| Excedente Operacional Bruto e Rendimento Misto | 40,5 | 39,5 | 38,7 | 38,9 | 39,8 | 39,3 | 40,6 | 40,1 | 39,4 | 39,7 |

Fonte: IBGE. Sistema de Contas Nacionais. Elaboração do autor.

### 1.3. Comércio exterior

O comércio exterior do estado de São Paulo evoluiu desfavoravelmente na última década. Em 2021, as exportações totalizaram US\$ 57,4 bilhões, valor 11,7% inferior ao montante exportado em 2012 (US\$ 65 bilhões). Com esse resultado, a participação das exportações paulistas em relação ao total das exportações brasileiras também retraiu, de 27,1% em 2012 para 20,4% em 2021, o menor valor da década. As importações também apresentaram movimento de retração no período. Em 2012, o total das importações foi de US\$ 77,7 bilhões e, em 2013, o valor cresce para US\$ 89 bilhões. A partir daí a tendência foi de queda do patamar do valor das importações, com alguns anos de crescimento (2017, 2018, 2019 e 2021) – em 2021, o total importado foi de US\$ 67 bilhões, cerca de 13% inferior ao valor de 2012. Dessa forma, a participação do estado de São Paulo nas importações brasileiras passou de 34,6% em 2012 para 30,6% em 2021, menor resultado para o período analisado (Tabela 4).

O saldo comercial foi significativamente deficitário na maioria dos anos da década, exceto em 2016, quando houve um pequeno superávit de US\$ 540 milhões. Em 2017, o déficit foi de cerca de US\$ 70 milhões e, em 2018, de cerca de US\$ 330 milhões. O maior déficit foi registrado em 2014, de US\$ 27,4 bilhões. Em 2021, o déficit se aproximou de US\$ 10 bilhões.

**Tabela 4. Exportações, importações e saldo comercial. São Paulo: 2012-2021.**

| Ano  | Exportações (US\$ bilhões) | Participação Exportações Brasil (%) | Importações (US\$ bilhões) | Participação Importações Brasil (%) | Saldo Comercial (US\$ bilhões) |
|------|----------------------------|-------------------------------------|----------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|
| 2012 | 64,97                      | 27,1%                               | 77,71                      | 34,6%                               | -12,74                         |
| 2013 | 62,46                      | 26,9%                               | 89,44                      | 37,1%                               | -26,98                         |
| 2014 | 57,15                      | 25,9%                               | 84,55                      | 36,7%                               | -27,40                         |
| 2015 | 50,94                      | 27,3%                               | 63,47                      | 36,8%                               | -12,54                         |
| 2016 | 52,12                      | 29,0%                               | 51,58                      | 37,1%                               | 0,54                           |
| 2017 | 58,00                      | 27,0%                               | 58,08                      | 36,6%                               | -0,07                          |
| 2018 | 64,45                      | 27,8%                               | 64,79                      | 35,0%                               | -0,33                          |
| 2019 | 51,51                      | 23,3%                               | 63,82                      | 34,4%                               | -12,31                         |
| 2020 | 46,70                      | 22,3%                               | 54,00                      | 34,1%                               | -7,30                          |
| 2021 | 57,42                      | 20,4%                               | 67,01                      | 30,6%                               | -9,59                          |

Fonte: Fundação Seade. Elaboração do autor.

Entre os principais produtos exportados pelo estado de São Paulo, é possível notar um expressivo aumento de 450% das vendas ao exterior dos combustíveis minerais, óleos e produtos de sua destilação, segmento beneficiado pelo aumento da produção de petróleo do estado com a

exploração do pré-sal na bacia de Santos, tornando São Paulo o segundo maior estado produtor. É o produto com maior valor nas exportações em 2021 (US\$ 7,54 bilhões). A maioria dos produtos exportados teve retração no período (Tabela 5). Em 2012, os produtos com maior valor exportado foram reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes (US\$ 8,06 bilhões) e açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 8,04 bilhões). Em 2021, estes dois últimos itens tiveram redução no valor exportado em 25,7% e 26,1%, respectivamente, porém ainda se mantêm em segundo e terceiro lugar na pauta exportadora.

É importante destacar a queda no volume exportado de automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (-28,1%); aeronaves e aparelhos espaciais e suas partes (-53,8%); e máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes, aparelhos de gravação ou reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens (-40,3%). Em suma, observou-se significativa queda das exportações de produtos da indústria de transformação e aumento nas exportações das indústrias extrativas ou de determinados segmentos do agro, como sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes e frutos diversos, plantas industriais ou medicinais, palhas e forragens (47,5%).

**Tabela 5. Valor da exportação dos principais produtos (em US\$ bilhões). São Paulo: 2012, 2021.**

| Grupos de produtos exportados   | 2012 | 2021 | Variação % |
|---|------|------|------------|
| Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos derivados, ceras minerais  | 1,37 | 7,54 | 450,3%     |
| Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos                                       | 8,06 | 5,99 | -25,7%     |
| Açúcares e produtos de confeitaria  | 8,04 | 5,94 | -26,1%     |
| Automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, partes e acessórios                                    | 6,84 | 4,91 | -28,1%     |
| Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes e frutos diversos  | 2,56 | 3,78 | 47,5%      |
| Aeronaves e aparelhos espaciais e suas partes   | 4,99 | 2,31 | -53,8%     |
| Pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos, metais folheados   | 0,44 | 2,18 | 390,7%     |
| Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes, aparelhos de gravação ou reprodução de som ou de imagens | 2,89 | 1,72 | -40,3%     |

Fonte: Fundação Seade. Elaboração do autor.

Entre os principais países que são destino das exportações do estado de São Paulo, os Estados Unidos continuam na liderança, para onde foram exportados US\$ 9,26 bilhões em 2021, crescimento de 8,7%. A China passou a ocupar o segundo lugar, com crescimento de

65,7%, totalizando US\$ 8,4 bilhões em 2021. A Argentina foi o único país, entre os primeiros colocados, a diminuir a compra de produtos de São Paulo, caindo para a terceira posição, com retração de 36%, de US\$ 8,04 bilhões para US\$ 5,09 bilhões (Tabela 6).

**Tabela 6. Valor da exportação para os principais destinos (em US\$ bilhões). São Paulo: 2012-2021.**

| Países         | 2012 | Países         | 2021 |
|----------------|------|----------------|------|
| Estados Unidos | 8,29 | Estados Unidos | 9,26 |
| Argentina      | 8,04 | China          | 8,40 |
| China          | 5,07 | Argentina      | 5,09 |
| Países Baixos  | 2,78 | Chile          | 1,81 |
| Venezuela      | 2,41 | México         | 1,83 |
| México         | 2,33 | Países Baixos  | 1,81 |

Fonte: Fundação Seade. Elaboração do autor.

## 2. Mercado de trabalho

A evolução do mercado de trabalho está também relacionada à dinâmica econômica, mais especificamente o nível de atividade e a estrutura produtiva. Como visto na seção anterior, a economia paulista apresentou um desempenho da atividade econômica aquém da média nacional, em uma fase de grave recessão econômica, seguida de uma retomada tímida. Em relação à estrutura econômica, os principais aspectos foram a diminuição da parcela industrial do PIB de São Paulo e o aumento da participação do setor de serviços. No comércio externo também se verificaram diminuição dos principais produtos da indústria de transformação e aumento dos produtos da indústria extrativa e de alguns segmentos do agronegócio. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) apresentados nesta seção mostram a dinâmica do mercado de trabalho do estado de São Paulo dentro desse contexto econômico.

A Tabela 7 apresenta a evolução anual de indicadores gerais do mercado de trabalho no estado de São Paulo no período de 2012 a 2020. Portanto, abrangem também o impacto do primeiro ano da pandemia de Covid-19. A população na força de trabalho cresce continuamente durante todo o período (6,4%). Até 2019, o crescimento acumulado foi de 14,4%; em 2020, há um forte recuo, devido à paralisação de diversas atividades econômicas, que, conjuntamente com as medidas de proteção, levou muitas pessoas a deixar de trabalhar e a procurar emprego. Na metodologia da PNAD Contínua o critério para as pessoas estarem na força de trabalho está relacionado com exercer alguma ocupação ou estar procurando. Com

o isolamento social, parte significativa da população que não trabalhava e não podia procurar emprego saiu da população na força de trabalho. Movimento inverso ocorreu na população fora da força de trabalho, que até 2019 teve ligeira queda de 4,9% e, após o aumento em 2020, totalizou crescimento de 13,8% no período.

**Tabela 7. Indicadores gerais do mercado de trabalho (em mil pessoas). São Paulo: 2012-2020.**

|  | 2012   | 2013   | 2014   | 2015   | 2016   | 2017   | 2018   | 2019   | 2020   | Varição<br>2020/2012 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|----------------------|
| Total da força de trabalho                                   | 22.715 | 23.119 | 23.214 | 23.743 | 24.478 | 25.119 | 25.520 | 26.003 | 24.157 | 6,4%                 |
| População ocupada  | 21.063 | 21.423 | 21.530 | 21.496 | 21.430 | 21.720 | 22.091 | 22.738 | 20.757 | -1,5%                |
| População desocupada   | 1.652  | 1.697  | 1.685  | 2.247  | 3.048  | 3.400  | 3.429  | 3.266  | 3.400  | 105,8%               |
| Fora da força de trabalho                                    | 12.135 | 12.133 | 12.559 | 12.391 | 12.007 | 11.602 | 11.558 | 11.540 | 13.810 | 13,8%                |
| Pessoas subocupadas por<br>insuficiência horas trabalhadas   | 842    | 686    | 598    | 697    | 770    | 1.004  | 1.159  | 1.228  | 1.085  | 28,9%                |
| Desocupados ou subocupados<br>por insufic. horas trabalhadas | 2.493  | 2.383  | 2.282  | 2.944  | 3.818  | 4.403  | 4.588  | 4.494  | 4.485  | 79,9%                |

Fonte: IBGE – PNAD Contínua. Elaboração do autor.

12

A população ocupada cresceu de forma tímida até 2014. Em 2015 e 2016, com a recessão econômica, há retração do contingente ocupado. De 2017 a 2019, a população ocupada volta a crescer. Dessa forma, o acumulado do período até 2019 foi de 7,9%. Em 2020, com os efeitos da pandemia, houve queda de dois milhões de pessoas no contingente de ocupados. Assim a variação no período ficou negativa em 1,5%.

A população desocupada mais que dobrou no período, com crescimento de 105,8%. Após relativa estabilidade de 2012 a 2014, em cerca de 1,6 milhão de pessoas, o número de desocupados cresce aceleradamente nos anos seguintes, atingindo o total de 3,42 milhões de pessoas em 2018, mais que dobrando em apenas quatro anos. Em 2019, há uma pequena diminuição, para 3,2 milhões de desocupados. Já em 2020 a população desocupada volta a crescer, para 3,4 milhões, mesmo contingente de 2017.

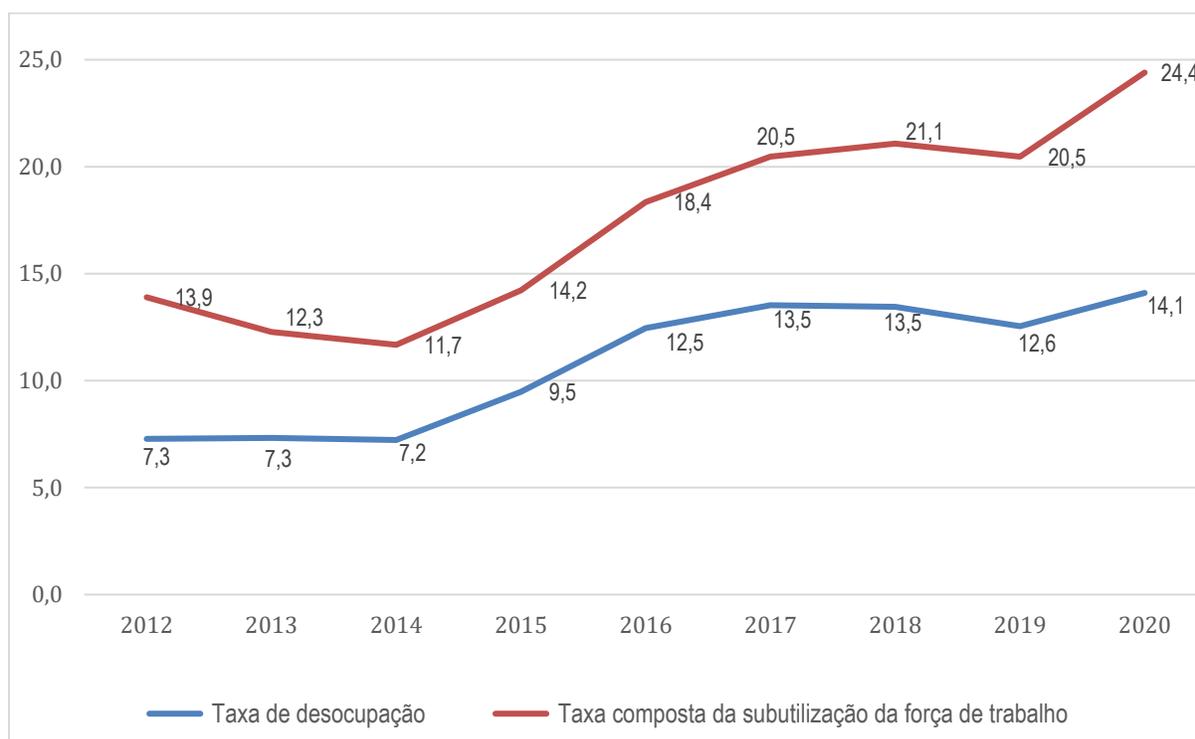
O total de “pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas”<sup>1</sup> apresentou queda, até 2014, de 842 mil pessoas, para 598 mil, o menor valor em todo o período. A partir de 2015, a população nessa situação cresce de forma consistente, chegando a praticamente o dobro do número de pessoas em 2019 (1,2 milhão). Em 2020, no entanto, há diminuição, para 1,08 milhão. No período de 2012 a 2020, o crescimento foi de 28,9%.

<sup>1</sup> Pessoas de 14 anos ou mais de idade subocupadas, pois desejam e podem trabalhar mais horas.

O somatório de pessoas desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas cresceu cerca de 80% entre 2012 e 2020, com um total de 4,4 milhões de pessoas. No período de 2012 a 2014, o total de pessoas nessa situação caiu de 2,4 milhões para 2,2 milhões. Mas a partir de 2015 há um forte crescimento até 2018, para 4,58 milhões, dobrando a população nessa situação. Nos anos seguintes, o contingente se mantém próximo de 4,5 milhões.

A “taxa composta de subutilização da força de trabalho”<sup>2</sup> alcançou 24,4% da força de trabalho em 2020, ou seja, cerca de um quarto da força de trabalho do estado de São Paulo estava disposta a trabalhar. Apesar do crescimento de 2019 para 2020, devido à pandemia, a taxa já se situava em patamar elevado e crescente desde 2015, alcançando 21,1% da força de trabalho em 2019, 9,4 p.p. superior à taxa de 2014, menor valor do período. A taxa de desocupação segue comportamento semelhante na maioria dos anos analisados, exceto em 2012, 2013 e 2014, quando a taxa de desocupação se manteve estável, enquanto a taxa composta de subutilização caiu.

**Gráfico 2. Taxa de desocupação e taxa composta de subutilização da força de trabalho (em %).  
São Paulo: 2012-2020.**



Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração do autor.

<sup>2</sup> Inclui os subocupados por insuficiência de horas, desocupados e na força de trabalho potencial.

Um aspecto importante é a diferença entre a taxa composta de subutilização e a taxa de desocupação, que representa o percentual de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial, que em 2012 a diferença era de 6,6 p.p., em 2014 cai para 4,5 p.p., cresce nos anos seguintes e atinge 10,3 p.p. em 2020 (Gráfico 2), demonstrando um crescimento significativo da parcela da população que pode trabalhar e não está conseguindo se ocupar de forma plena.

## 2.1. Estrutura ocupacional

As Tabelas 8 e 9 mostram o contingente de ocupados por posição na ocupação e a participação percentual de cada forma de ocupação no total da população ocupada no período de 2012 a 2020. E a Tabela 10 compara a participação das ocupações no total do estado de São Paulo e do Brasil nos anos de 2012 e 2020.

**Tabela 8. Ocupados por posição na ocupação (em mil pessoas). São Paulo: 2012-2020.**

| Posição na ocupação  | 2012   | 2013   | 2014   | 2015   | 2016   | 2017   | 2018   | 2019   | 2020  | Varição 2020 / 2012 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|---------------------|
| Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada | 10.785 | 11.114 | 11.374 | 11.077 | 10.735 | 10.567 | 10.318 | 10.547 | 9.701 | -10,05 %            |
| Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada | 2.160  | 2.124  | 1.953  | 1.911  | 1.928  | 2.131  | 2.349  | 2.522  | 2.139 | -0,98 %             |
| Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada      | 592    | 549    | 556    | 562    | 616    | 559    | 520    | 512    | 368   | -37,87 %            |
| Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada      | 818    | 825    | 792    | 826    | 833    | 913    | 940    | 954    | 727   | -11,12 %            |
| Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada | 430    | 367    | 352    | 361    | 311    | 333    | 362    | 376    | 390   | -9,41 %             |
| Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada | 194    | 181    | 164    | 158    | 152    | 167    | 178    | 160    | 139   | -28,29 %            |
| Militar e servidor estatutário                               | 1.533  | 1.530  | 1.545  | 1.446  | 1.498  | 1.384  | 1.344  | 1.429  | 1.488 | -2,90 %             |
| Empregador   | 865    | 977    | 957    | 1.132  | 1.090  | 1.112  | 1.215  | 1.201  | 1.083 | 25,24 %             |
| Conta própria  | 3.494  | 3.570  | 3.657  | 3.844  | 4.117  | 4.377  | 4.637  | 4.832  | 4.561 | 30,55 %             |
| Trabalhador familiar auxiliar                                | 193    | 186    | 180    | 182    | 151    | 177    | 230    | 207    | 163   | -15,91 %            |

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração do autor.

**Tabela 9. Participação dos ocupados por posição na ocupação em relação ao total de ocupados (em %). São Paulo: 2012-2020.**

| Posição na ocupação                                 | 2012 | 2013 | 2014 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Empregado no setor privado com carteira de trabalho | 51,2 | 51,9 | 52,8 | 51,5 | 50,1 | 48,7 | 46,7 | 46,4 |
| Empregado no setor privado sem carteira de trabalho | 10,3 | 9,9  | 9,1  | 8,9  | 9,0  | 9,8  | 10,6 | 11,1 |
| Trabalhador doméstico com carteira de trabalho      | 2,8  | 2,6  | 2,6  | 2,6  | 2,9  | 2,6  | 2,4  | 2,2  |
| Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho      | 3,9  | 3,9  | 3,7  | 3,8  | 3,9  | 4,2  | 4,3  | 4,2  |
| Empregado no setor público com carteira de trabalho | 2,0  | 1,7  | 1,6  | 1,7  | 1,5  | 1,5  | 1,6  | 1,7  |
| Empregado no setor público sem carteira de trabalho | 0,9  | 0,8  | 0,8  | 0,7  | 0,7  | 0,8  | 0,8  | 0,7  |
| Militar e servidor estatutário                      | 7,3  | 7,1  | 7,2  | 6,7  | 7,0  | 6,4  | 6,1  | 6,3  |
| Empregador  | 4,1  | 4,6  | 4,4  | 5,3  | 5,1  | 5,1  | 5,5  | 5,3  |
| Conta própria                                       | 16,6 | 16,7 | 17,0 | 17,9 | 19,2 | 20,2 | 21,0 | 21,3 |
| Trabalhador familiar auxiliar                       | 0,9  | 0,9  | 0,8  | 0,8  | 0,7  | 0,8  | 1,0  | 0,9  |

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração do autor.

O emprego no setor privado com carteira assinada era responsável por mais da metade das ocupações em 2012 (51,2%) – ao todo, eram cerca de 10,8 milhões de pessoas, com percentual superior à média brasileira (39,2%). A participação do emprego com carteira assinada seguiu crescendo até 2014, quando atinge participação de 52,8%, mas segue em queda contínua e acentuada no período de 2016 a 2019 (46,7%). Em 2020, ocorre uma pequena retração, para 46,4%, das ocupações. No Brasil houve também, em 2020, queda (para 36,9%) da participação do emprego com carteira assinada no setor privado. Em termos absolutos, o número de pessoas empregadas também cresceu até 2014 – de 10,5 milhões para 11,3 milhões. De 2015 a 2018, há queda em todos os anos, até atingir o patamar de 10,3 milhões. Em 2019, há um pequeno aumento de 200 mil pessoas. Já em 2020 registra-se o menor número de ocupados com carteira assinada de todo período (9,7 milhões de pessoas), impactado pela pandemia. Assim, a variação no período ficou negativa em 10%.

Outra mudança importante na estrutura ocupacional ocorreu em relação ao trabalho por conta própria. O contingente de pessoas ocupadas nessa condição cresceu 30,5% no período, ocupando a segunda colocação entre as ocupações com o maior número de pessoas (4,5 milhões). A proporção em relação ao total de ocupados passou de 16,9% para 21,1%, sendo o maior crescimento entre as diferentes ocupações no período. Comparativamente à média brasileira (25,8% em 2020), a participação do trabalho por conta própria na estrutura ocupacional ainda é inferior no estado de São Paulo. Porém o crescimento dessa participação foi maior em São Paulo do que no Brasil (4,2 p.p. e 3,4 p.p., respectivamente).

**Tabela 10. Participação de cada posição na ocupação em relação ao total (em %).  
São Paulo e Brasil: 2012 e 2020.**

| Posição na ocupação  | São Paulo |      | Brasil |      |
|--|-----------|------|--------|------|
|  | 2012      | 2020 | 2012   | 2020 |
| Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada | 51,2      | 46,4 | 39,2   | 36,9 |
| Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada | 10,3      | 11,1 | 12,5   | 11,6 |
| Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada      | 2,8       | 2,2  | 2,1    | 1,6  |
| Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada      | 3,9       | 4,2  | 4,6    | 4,0  |
| Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada | 2,0       | 1,7  | 3,9    | 4,6  |
| Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada | 0,9       | 0,7  | 1,6    | 1,4  |
| Militar e servidor estatutário                               | 7,3       | 6,3  | 8,3    | 9,3  |
| Empregador   | 4,1       | 5,3  | 2,4    | 2,7  |
| Conta própria  | 16,6      | 21,3 | 22,4   | 25,8 |
| Trabalhador familiar auxiliar                                | 0,9       | 0,9  | 3,0    | 2,2  |

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração do autor.

Essas duas mudanças na estrutura ocupacional em São Paulo são relevantes para compreender a transformação em curso no mercado de trabalho, na medida em que o emprego com carteira assinada garante acesso aos direitos trabalhistas, além de geralmente oferecer aos trabalhadores melhor remuneração. Esses trabalhadores também estão inseridos no sistema de seguridade social, que estabelece, entre outros benefícios, auxílio-doença, auxílio-acidente de trabalho e direito à aposentadoria. Além disso, esses trabalhadores são representados sindicalmente, o que possibilita que a maioria dos empregos esteja sob um acordo ou convenção coletiva de trabalho celebrado na Justiça do Trabalho entre o sindicato dos trabalhadores e o dos patrões. Normalmente, esse ato jurídico define um padrão de remuneração e condições de trabalho acima da legislação, além de remuneração em relação à média dos trabalhadores e, obviamente, bem melhor aos que estão na informalidade.

Já o avanço do trabalho por conta própria significa também o avanço do trabalho precarizado, em que a maioria dos trabalhadores não está inserida no sistema de seguridade social, nem possui representação sindical e nenhum tipo de direito trabalhista, como férias, décimo terceiro salário, entre outros, sendo assim uma forma de trabalho precário e desprotegido socialmente. Em caso de acidente ou doença, o trabalhador pode simplesmente ficar sem nenhum tipo de renda ou apoio se ele não contribuiu para o INSS como autônomo, podendo também não ter direito à aposentadoria.

Em relação aos demais tipos de ocupação, o emprego no setor privado sem carteira assinada se mantém como a terceira ocupação mais relevante, com aumento da sua participação de 10,3% para 11,1%. No entanto, essa forma de ocupação, também precária, teve trajetória declinante até 2016, quando a participação ficou em 9,1%, voltando a crescer nos anos seguintes. Em termos absolutos, o contingente de pessoas nessa ocupação era de cerca de 2,1 milhões de trabalhadores.

No setor público, os servidores estatutários e militares tiveram participação na ocupação reduzida de 7,3% para 6,3% ao longo do período, trajetória inversa do que ocorreu em nível nacional, que apresentou crescimento de 8,3% para 9,3%. O emprego no setor público com carteira assinada também registrou movimento inverso na participação paulista em relação à média brasileira. Em São Paulo registrou-se ligeira queda, de 2% para 1,7%. Já em nível nacional, houve aumento, de 3,9% para 4,6%. O emprego doméstico registrou queda das ocupações com carteira assinada e aumento das sem carteira de trabalho assinada (de 2,8% para 2,2% e de 3,9% para 4,3%, respectivamente). Ambas, porém, tiveram queda no número de pessoas ocupadas no período (37% e 11%, respectivamente). Os empregadores ampliaram sua participação de 4,1% para 5,3%, com crescimento significativo no período, de 25,2%.

### 2.1.1. Informalidade

No estado de São Paulo, o trabalho informal – segundo as categorias de ocupação definidas pelo IBGE<sup>3</sup> – alcançou 28,7% do total das ocupações em 2020, em relação a uma taxa de 37,6% na média do Brasil. A taxa paulista é menor que a dos três anos imediatamente anteriores. Porém cabe pontuar que, devido ao impacto da pandemia ter sido diferenciado entre os tipos de ocupação, com as medidas governamentais de manutenção de emprego estarem focadas nos vínculos formais de trabalho, a redução da informalidade em 2020 está diretamente associada ao fato de a queda ter sido proporcionalmente maior nas ocupações informais (-16,1%) e ser maior do que do total das ocupações (8,5%).

Os dados da Tabela 11 mostram a evolução do trabalho informal desagregada por tipo de ocupação. Observam-se duas ocupações que se destacam pelo alto número de pessoas e, portanto, expressiva participação no total das ocupações informais. A ocupação informal com maior contingente de pessoas é a de trabalhador por conta própria sem CNPJ, que em 2012 registrava um total de 2,6 milhões de pessoas. Até 2015 segue praticamente no mesmo patamar e, em 2016, tem início um período de crescimento. Em 2018, são cerca de 3,3 milhões, maior valor de todo o período, apresentando ligeira redução no ano seguinte. Em

---

<sup>3</sup> O conceito de informalidade do IBGE inclui posições na ocupação: Trabalhador doméstico sem carteira assinada; Trabalhador no setor privado sem carteira assinada; Empregador sem registro no CNPJ; Trabalhador por conta própria sem CNPJ; Auxiliar familiar sem remuneração.

2020, há uma redução maior (2,8 milhões). A segunda ocupação é a de empregados no setor privado sem carteira assinada, que em 2012 registrava um total de 2,2 milhões de pessoas, atingindo o maior contingente em 2019 (2,6 milhões de trabalhadores) e diminuindo para cerca de 2,2 milhões de pessoas em 2020.

**Tabela 11. Pessoas na informalidade por tipo de ocupação (em mil) e taxa de informalidade (em %).  
São Paulo: 2012-2020.**

| Ano  | Trabalhador doméstico sem carteira assinada | Empregado no setor privado sem carteira | Empregador sem registro no CNPJ | Trabalhador por conta própria sem CNPJ | Auxiliar familiar não remunerado | Total de informais | Total de ocupados | Taxa de informalidade |
|------|---|---|---------------------------------|--|----------------------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|
| 2012 | 800.181                                     | 2.207.864                               | 151.161                         | 2.661.285                              | 181.382                          | 6.001.872          | 21.001.017        | 28,6%                 |
| 2013 | 973.740                                     | 2.033.729                               | 95.239                          | 2.743.014                              | 244.549                          | 6.090.272          | 20.942.473        | 29,1%                 |
| 2014 | 852.340                                     | 2.114.222                               | 83.896                          | 2.645.243                              | 184.366                          | 5.880.068          | 21.575.425        | 27,3%                 |
| 2015 | 808.498                                     | 1.918.698                               | 93.569                          | 2.661.259                              | 188.661                          | 5.670.685          | 21.281.214        | 26,6%                 |
| 2016 | 866.843                                     | 2.072.143                               | 110.176                         | 2.866.555                              | 147.595                          | 6.063.311          | 21.615.697        | 28,1%                 |
| 2017 | 915.426                                     | 2.175.425                               | 128.854                         | 3.240.343                              | 218.055                          | 6.678.102          | 21.707.189        | 30,8%                 |
| 2018 | 988.290                                     | 2.534.750                               | 149.484                         | 3.347.504                              | 213.220                          | 7.233.249          | 22.317.005        | 32,4%                 |
| 2019 | 962.035                                     | 2.617.446                               | 89.264                          | 3.288.725                              | 203.483                          | 7.160.952          | 22.893.887        | 31,3%                 |
| 2020 | 720.602                                     | 2.177.766                               | 94.626                          | 2.866.597                              | 148.969                          | 6.008.559          | 20.944.410        | 28,7%                 |

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração do autor.

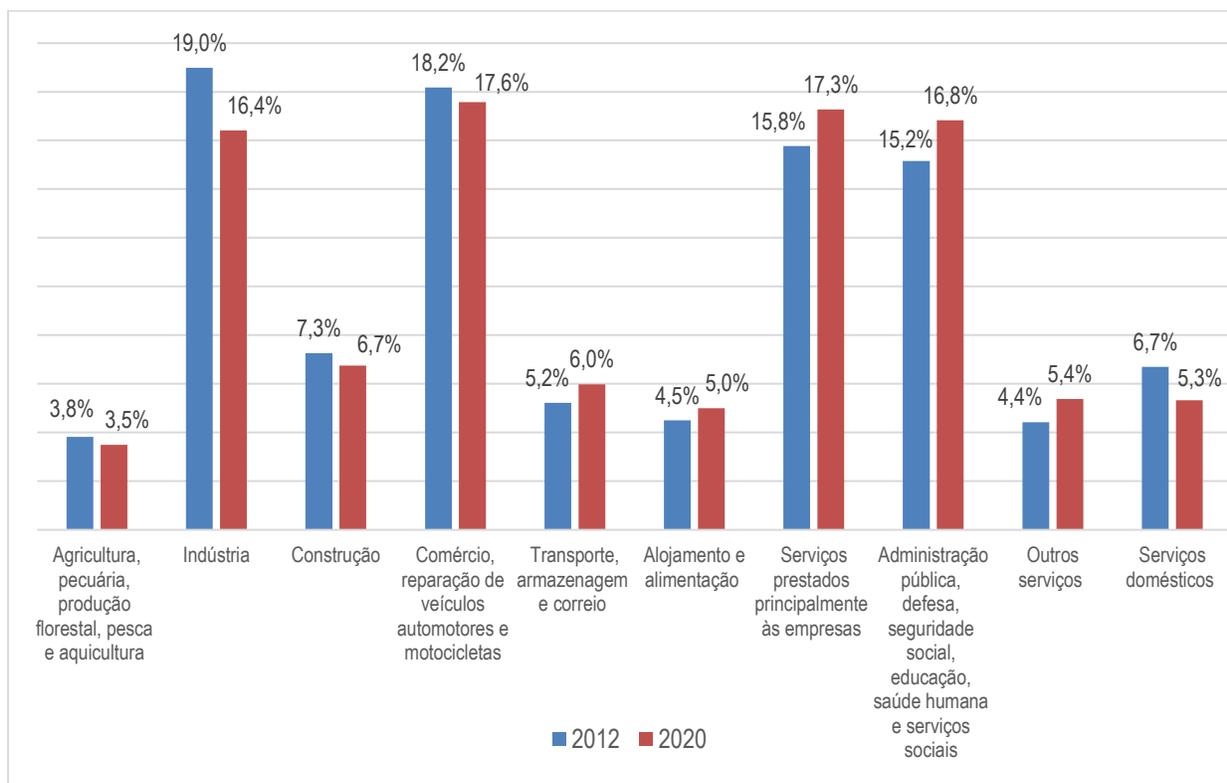
### 2.1.2. Ocupação por setor de atividade

Entre os setores de atividade econômica foram observadas variações significativas no período de 2012 a 2020, com base na PNAD Contínua, em grande parte seguindo as mudanças observadas na economia do estado de São Paulo apresentadas na seção anterior. A maior redução, em termos percentuais, foi no setor de serviços domésticos (21,6%), fortemente impactado pelas medidas de restrição de circulação na pandemia de Covid-19. A participação dessa atividade no total da ocupação passou de 6,7% para 5,3%, queda de 1,4 p.p. (Tabela 12). Porém, a queda mais significativa foi na indústria, pelo fato de ser a atividade com a maior participação percentual das ocupações na economia paulista em 2012 (19%), com cerca de 4 milhões de ocupados. Até 2020 o emprego industrial diminuiu 14,8% (para 3,4 milhões de ocupados) e sua participação foi reduzida para 16,4% (apenas a quarta maior).

**Tabela 12. Pessoas ocupadas por setor de atividade (em mil). São Paulo: 2012 e 2020.**

| Setor de atividade  | 2012  | 2020  | Variação % 2020/2012 |
|---|-------|-------|----------------------|
| Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura            | 804   | 726   | -9,7%                |
| Indústria   | 3.998 | 3.406 | -14,8%               |
| Construção  | 1.528 | 1.400 | -8,4%                |
| Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas                | 3.828 | 3.648 | -4,7%                |
| Transporte, armazenagem e correio   | 1.099 | 1.240 | 12,9%                |
| Alojamento e alimentação  | 947   | 1.036 | 9,5%                 |
| Serviços prestados principalmente às empresas                             | 3.322 | 3.585 | 7,9%                 |
| Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde pública | 3.193 | 3.494 | 9,4%                 |
| Outros serviços   | 931   | 1.116 | 19,9%                |
| Serviços domésticos   | 1.410 | 1.106 | -21,6%               |

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração do autor.

**Gráfico 3. Participação dos setores de atividade econômica no conjunto dos ocupados (em %). São Paulo: 2012-2020.**

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração do autor.

Apesar de uma queda de 4,7% no período, o setor de comércio passou a ter a maior participação no emprego (17,6%). Entre os setores que apresentaram crescimento no período, destacam-se o de serviços prestados principalmente às empresas (7,9%), que passou a ser o segundo setor com maior participação no emprego (17,3%), e administração pública (crescimento de 9,4%), com participação de 16,8%, sendo o terceiro maior. Portanto, a ocupação por setor de atividade mostrou claramente a transformação da estrutura ocupacional, com perda expressiva da participação industrial em favor de segmentos ligados aos serviços e à administração pública.

### 2.1.3. Ocupação por faixa etária

A Tabela 13 apresenta a variação entre os tipos de ocupação por faixa etária de 2012 a 2020. Entre os principais tipos de ocupação, é possível notar comportamentos distintos e significativamente diferentes, conforme a faixa etária. O total de ocupados como empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada teve retração de 10,1% no período. Porém, por faixa etária, podem-se observar diminuições mais expressivas nas faixas etárias de 14 a 17 anos e de 18 a 24 anos (-77% e -29,1%, respectivamente). Por outro lado, houve um aumento de 23,4% para a faixa de 50 anos ou mais.

20

**Tabela 13. Variação percentual do número de ocupados por posição na ocupação e faixa etária (em %). São Paulo, 2012-2020.**

| Posição na ocupação  | 14 a 17 anos | 18 a 24 anos | 25 a 49 anos | 50 anos ou + | Total |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|-------|
| Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada | -77,0        | -29,1        | -3,0         | 23,4         | -10,1 |
| Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada | -62,3        | -10,2        | 14,1         | 8,8          | -1,0  |
| Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada      | 0,0          | -91,2        | -36,4        | -3,8         | -37,9 |
| Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada      | -47,9        | 13,3         | -22,0        | 10,6         | -11,1 |
| Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada | 41,1         | -49,7        | -36,6        | -10,6        | -9,4  |
| Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada | -91,1        | -53,9        | -15,8        | -44,0        | -28,3 |
| Militar e servidor estatutário                               | 0,0          | -31,4        | -5,5         | 23,5         | -2,9  |
| Empregador   | 0,0          | 113,2        | 18,3         | 43,2         | 25,2  |
| Conta própria  | -59,8        | 32,9         | 29,9         | 17,2         | 30,6  |
| Trabalhador familiar auxiliar                                | -37,9        | 43,9         | -25,4        | -28,8        | -15,9 |

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração do autor.

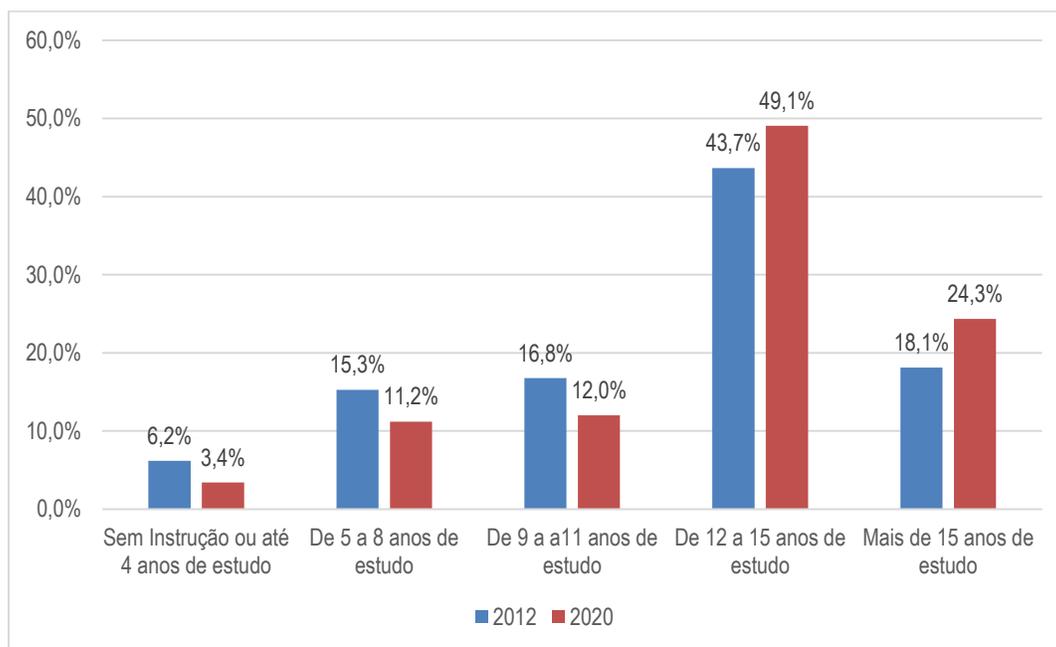
A faixa etária de 14 a 17 anos apresentou queda ou estabilidade em praticamente todas as ocupações, exceto em empregado no setor público com carteira assinada (crescimento de 41,1%). Por outro lado, a faixa etária de 50 anos ou mais registrou variação positiva na maioria das ocupações, exceto em trabalhador doméstico sem carteira assinada (-3,8%), empregado no setor público com carteira assinada e sem carteira assinada (-10,6% e -44%, respectivamente) e trabalhador familiar auxiliar (-28,8%). Mas todas essas ocupações apresentaram redução do número de pessoas no período. O maior crescimento nessa faixa etária foi na ocupação de empregador (43,2%), militar e servidor estatutário (23,5%) e trabalhador por conta própria (17,2%).

A ocupação de trabalhador por conta própria ampliou sua participação no total das ocupações, como visto anteriormente, com crescimento de 30,6%. Entre as faixas etárias, o crescimento mais acentuado foi nas faixas etárias de 18 a 24 anos (32,9%) e de 25 a 49 anos (29,9%). Entre os jovens de 14 a 17 anos, houve expressiva queda (59,8%).

#### 2.1.4. Ocupação por anos de estudo

No nível de escolaridade dos ocupados em São Paulo, também foram observadas mudanças relevantes (Gráfico 4). Houve diminuição dos ocupados nas faixas de menor escolaridade e significativo aumento da parcela dos ocupados com mais anos de estudo. A participação dos ocupados sem instrução ou com até quatro anos de estudo passou de 6,2% para 3,4%. A participação das pessoas com cinco a oito anos de estudo diminuiu de 15,3% para 11,2%. E a dos que tinham de 9 a 11 anos de estudo apresentou queda de 16,8% para 12%. Entre os que possuem de 12 a 15 anos de estudo, a participação aumentou de 43,7% para 49,1%, quase metade dos ocupados, e os que têm mais de 15 anos de estudo, de 18,1% para 24,3%.

Na sobreposição entre anos de estudo e posição na ocupação (Tabela 14), observa-se queda de ocupados em todos os tipos de ocupação para as faixas até 11 anos de estudo. Entre as faixas mais altas de escolaridade, apenas as ocupações de empregado no setor público com e sem carteira de trabalho assinada tiveram redução. Nos demais tipos de ocupação, a variação foi positiva. Em termos percentuais, o maior crescimento foi de trabalhador doméstico sem carteira assinada com mais de 15 anos de estudo (204,5%). Porém, em termos absolutos, são “apenas” 9.300 ocupados. Entre as ocupações mais expressivas em número de pessoas, se destaca o crescimento de 27,9% dos empregados no setor privado com carteira assinada com mais de 15 anos de estudo. Nos empregados sem carteira assinada, o crescimento nessa faixa de escolaridade foi de 80,5%. No trabalho por conta própria, o crescimento nas duas faixas de maior escolaridade, de 12 a 15 anos de estudo e mais de 15 anos de estudo, foi expressivo: 70,4% e 74,6%, respectivamente.

**Gráfico 4. Percentual de ocupados por anos de estudo (em %). São Paulo: 2012-2020.**

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração do autor.

**Tabela 14. Variação percentual do número de ocupados por posição na ocupação e anos de estudo (em %). São Paulo: 2012-2020.**

| Posição na ocupação                                 | Sem instrução ou até 4 anos de estudo | De 5 a 8 anos de estudo | De 9 a 11 anos de estudo | De 12 a 15 anos de estudo | Mais de 15 anos de estudo |
|---|---------------------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Empregado no setor privado com carteira assinada    | -49,4                                 | -28,3                   | -36,4                    | 0,6                       | 27,9                      |
| Empregado no setor privado sem carteira de trabalho | -33,8                                 | -33,6                   | -31,2                    | 16,8                      | 80,5                      |
| Trabalhador doméstico com carteira assinada         | -53,6                                 | -41,2                   | -34,1                    | 8,6                       | 19,4                      |
| Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho      | -36,3                                 | -20,9                   | -14,6                    | 33,9                      | 204,5                     |
| Empregado no setor público com carteira assinada    | -78,6                                 | -71,1                   | -78,1                    | -18,2                     | -24,5                     |
| Empregado no setor público sem carteira de trabalho | -0,2                                  | -98,3                   | -37,4                    | -48,5                     | -15,1                     |
| Militar e servidor estatutário                      | -58,6                                 | -63,1                   | -77,8                    | 4,1                       | 17,2                      |
| Empregador  | -41,9                                 | -3,8                    | -3,5                     | 36,4                      | 43,3                      |
| Conta própria                                       | -45,5                                 | -17,0                   | -2,7                     | 70,4                      | 74,6                      |
| Trabalhador familiar auxiliar                       | 21,7                                  | -55,1                   | -29,2                    | -0,3                      | 57,0                      |
| Pessoas ocupadas na semana de referência            | -45,1                                 | -26,9                   | -28,6                    | 12,1                      | 34,0                      |

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração do autor.

## 2.2. Rendimentos

O rendimento real médio dos ocupados no estado de São Paulo foi de R\$ 3.553 no quarto trimestre de 2020, crescimento de 4,9% quando comparado com o quarto trimestre de 2012 (R\$ 3.386) (Tabela 15). No período analisado, o maior valor foi de R\$ 3.700, no quarto trimestre de 2015. Há significativas diferenças de remuneração entre os tipos de ocupação. O maior valor, em 2020, foi dos empregadores (R\$ 9.557), com crescimento de 9,8% em relação a 2012. Entre os empregados, a maior remuneração é dos trabalhadores do setor público com carteira assinada (R\$ 5.449), categoria que também teve o maior crescimento em comparação com o quarto trimestre de 2012 (23,2%). Os empregados do setor público – militar e estatutário – tiveram remuneração próxima à dos com carteira assinada (R\$ 5.258) e crescimento de 6,6%. Porém, para os que não possuem carteira assinada, a remuneração foi bem inferior (R\$ 2.530), com queda no período de 14,2%.

**Tabela 15. Rendimento real médio efetivamente recebido, por posição na ocupação (em R\$).  
São Paulo: 2012-2020.**

| Posição na ocupação   | 4º trim.<br>2012 | 4º trim.<br>2013 | 4º trim.<br>2014 | 4º trim.<br>2015 | 4º trim.<br>2016 | 4º trim.<br>2017 | 4º trim.<br>2018 | 4º trim.<br>2019 | 4º trim.<br>2020 | Variação %<br>2020/2012 |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------------|
| Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico         | 3.044            | 3.072            | 3.189            | 3.438            | 3.353            | 3.500            | 3.447            | 3.372            | 3.390            | 11,4%                   |
| Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada        | 3.202            | 3.194            | 3.324            | 3.560            | 3.544            | 3.755            | 3.603            | 3.504            | 3.500            | 9,3%                    |
| Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada        | 2.220            | 2.377            | 2.448            | 2.700            | 2.359            | 2.255            | 2.799            | 2.819            | 2.907            | 30,9%                   |
| Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada             | 1.630            | 1.564            | 1.700            | 1.762            | 1.760            | 1.897            | 1.987            | 1.915            | 1.680            | 3,1%                    |
| Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada             | 1.164            | 1.167            | 1.293            | 1.237            | 1.145            | 1.160            | 1.159            | 1.168            | 997              | -14,3%                  |
| Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada        | 4.424            | 3.479            | 4.337            | 4.440            | 4.339            | 4.817            | 4.417            | 4.840            | 5.449            | 23,2%                   |
| Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada        | 2.949            | 2.959            | 2.977            | 3.137            | 2.956            | 2.857            | 3.165            | 3.831            | 2.530            | -14,2%                  |
| Empregado no setor público – militar e funcion. público estatutário | 4.934            | 5.146            | 5.155            | 5.723            | 5.837            | 5.375            | 5.782            | 5.798            | 5.258            | 6,6%                    |
| Empregador  | 8.704            | 9.567            | 9.351            | 9.098            | 9.470            | 8.718            | 8.609            | 9.605            | 9.557            | 9,8%                    |
| Conta própria   | 3.281            | 3.042            | 3.431            | 3.053            | 2.827            | 2.856            | 2.927            | 2.878            | 2.518            | -23,3%                  |
| Total   | 3.386            | 3.398            | 3.574            | 3.700            | 3.653            | 3.614            | 3.671            | 3.641            | 3.553            | 4,9%                    |

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração do autor.

As menores remunerações são dos trabalhadores domésticos. Os que não possuem carteira assinada tiveram, no quarto trimestre de 2020, a menor remuneração entre todas as ocupações (R\$ 997), como também apresentaram a segunda maior queda no período (-14,3%). Os domésticos com carteira assinada tiveram remuneração média maior que a dos sem carteira (R\$ 1.680) e crescimento de 3,1%.

Entre os empregados no setor privado, a maior remuneração foi dos que têm carteira de trabalho assinada (R\$3.500), com crescimento de 9,3%. Os empregados sem carteira assinada tiveram remuneração menor (R\$ 2.907), mas foi nessa ocupação que se verificou o maior crescimento (30,7%). A maior variação negativa da remuneração foi dos trabalhadores por conta própria (-23,3%), que no quarto trimestre de 2020 tiveram remuneração de R\$ 2.518, a terceira menor entre todas as ocupações.

A evolução da remuneração mostra a ampliação da desigualdade de salário entre as formas de ocupação. Os que possuem menor salário, ou são informais, tiveram queda de remuneração (exceto empregado sem carteira e doméstico com carteira assinada), como o trabalhador doméstico sem carteira assinada e o conta própria. Por outro lado, as ocupações com maior remuneração, como empregadores e empregados no setor público com carteira assinada e militares e estatutários, tiveram aumentos expressivos no período.

A Tabela 16 mostra a remuneração real média dos grupamentos de atividade econômica. Os setores de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, conjuntamente com a administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, tiveram, no quarto trimestre de 2020, as maiores remunerações, com valores praticamente idênticos de aproximadamente R\$ 4.840, e crescimento de 0,8% e 9,1%, respectivamente, quando comparado com o quarto trimestre de 2012. A indústria de transformação se destaca pelo maior crescimento no período (24,2%), atingindo o patamar de R\$ 4.132, influenciando positivamente, dessa forma, a indústria geral (R\$ 4.154), com crescimento de 21,2%. Por outro lado, a construção teve queda de 11,7%, impactando negativamente o resultado da indústria geral. Entre as menores remunerações, estão as atividades de serviço doméstico e alojamento e alimentação, com R\$ 1.211 e R\$ 1.892, respectivamente. Estas também tiveram queda no valor da remuneração (10,6% e 15,8%, respectivamente).

A análise por setor de atividade mostra comportamento semelhante à dos tipos de ocupação em relação ao aumento da disparidade de remuneração. Os setores com maiores remunerações apresentaram ganhos expressivos, ao mesmo tempo que os segmentos de menores remunerações tiveram queda no período.

**Tabela 16. Rendimento real médio por setor de atividade (em R\$). São Paulo: 2012-2020.**

| Setor de atividade econômica   | 4º trim.<br>2012 | 4º trim.<br>2013 | 4º trim.<br>2014 | 4º trim.<br>2015 | 4º trim.<br>2016 | 4º trim.<br>2017 | 4º trim.<br>2018 | 4º trim.<br>2019 | 4º trim.<br>2020 | Variação %<br>2020/2012 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------------|
| Agricultura e pecuária   | 2.349            | 2.489            | 2.328            | 2.828            | 2.633            | 2.564            | 2.504            | 2.799            | 2.313            | -1,5%                   |
| Indústria geral  | 3.428            | 3.446            | 3.408            | 4.017            | 3.627            | 3.836            | 3.814            | 3.888            | 4.154            | 21,2%                   |
| Indústria de transformação   | 3.327            | 3.464            | 3.403            | 3.942            | 3.672            | 3.851            | 3.839            | 3.837            | 4.132            | 24,2%                   |
| Construção   | 2.680            | 2.806            | 2.839            | 3.032            | 3.086            | 2.707            | 2.657            | 2.661            | 2.366            | -11,7%                  |
| Comércio, reparação de veículos  | 2.887            | 2.973            | 3.100            | 2.998            | 2.907            | 3.023            | 2.820            | 2.889            | 2.795            | -3,2%                   |
| Transporte, armazenagem e correio  | 3.433            | 3.205            | 3.788            | 3.429            | 3.567            | 3.543            | 3.585            | 3.306            | 2.893            | -15,7%                  |
| Informação, comunicação e atividades financeiras, imobil., e administrativas | 4.802            | 4.824            | 5.085            | 5.167            | 5.441            | 5.339            | 5.430            | 5.389            | 4.842            | 0,8%                    |
| Alojamento e alimentação   | 2.248            | 2.678            | 2.500            | 2.680            | 2.385            | 2.135            | 2.255            | 2.267            | 1.892            | -15,8%                  |
| Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde            | 4.436            | 4.299            | 4.528            | 4.913            | 4.946            | 4.902            | 5.307            | 5.096            | 4.841            | 9,1%                    |
| Outros serviços  | 2.553            | 2.722            | 3.061            | 2.720            | 2.486            | 2.625            | 2.566            | 2.585            | 2.397            | -6,1%                   |
| Serviço doméstico  | 1.355            | 1.328            | 1.460            | 1.460            | 1.396            | 1.428            | 1.451            | 1.428            | 1.211            | -10,6%                  |
| Total  | 3.386            | 3.398            | 3.574            | 3.700            | 3.653            | 3.614            | 3.671            | 3.641            | 3.553            | 4,9%                    |

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração do autor.

25

## Conclusão

O estado de São Paulo continua como o mais importante estado brasileiro em termos econômicos. Sua participação no PIB nacional, no comércio exterior, no emprego e na formação de renda brasileira ainda é expressiva. Entretanto, os dados mostraram um gradual e contínuo declínio dessa relevância. No período recente analisado, o crescimento econômico se situou, na maioria dos anos, abaixo da média nacional. Os dados também mostraram mudanças estruturais da economia paulista, particularmente a retração da participação industrial no PIB, o crescimento do setor de serviços e a redução do peso do estado no comércio exterior brasileiro, refletindo os efeitos do processo de desindustrialização e desconcentração industrial em curso no país há mais de três décadas, em decorrência, principalmente, da maneira que o Brasil adentrou ao processo de globalização

Nesse contexto de baixo desempenho da atividade econômica e de mudanças estruturais da economia, o mercado de trabalho também seguiu com pouco dinamismo, resultando como principais consequências o expressivo aumento da desocupação e da subutilização da força de trabalho. As mudanças na estrutura da economia paulista levaram a transformações no perfil ocupacional, com a queda do total de postos de trabalho e da

participação do emprego com carteira assinada no setor privado e do emprego doméstico, e um expressivo aumento do trabalho por conta própria, uma tendência também observada em nível nacional, porém em um patamar superior ao de São Paulo.

Na estrutura ocupacional por setor de atividade econômica, as mudanças seguiram alinhadas àquelas observadas na estrutura econômica, com diminuição da participação do emprego na indústria, na construção, nos serviços domésticos e no comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas. Em contrapartida, houve aumento das ocupações em serviços prestados às empresas, outros serviços e na administração pública.

O rendimento real médio cresceu, porém, entre as diferentes ocupações a evolução da renda do trabalho apresentou relevantes contrastes. As ocupações informais de conta própria, empregado doméstico sem carteira assinada e empregado sem carteira no setor público, que já possuíam remuneração baixa, apresentaram expressivas quedas em seus rendimentos. Por outro lado, as ocupações com maior remuneração, como empregador, militar ou estatutário no setor público e empregado no setor privado com carteira assinada, que já possuíam as maiores remunerações, tiveram aumento do rendimento médio, ampliando a disparidade salarial entre as ocupações formais e informais. Entre os setores de atividade econômica, a desigualdade salarial também cresceu, com aumentos nos setores com remuneração mais elevada, notadamente indústria e setor público, e diminuição da renda média nos setores de menores remunerações, onde as ocupações cresceram, especialmente nos setores relacionados aos serviços.

## Referências

Baltar, P., & Krein, J. D. (2013). A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado de trabalho no Brasil. *Caderno CRH*, 26(68), 273–292. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000200005>

Baltar, P., & Leone, E. T. (2021). O avanço das formas de contratação flexíveis. In J. D. Krein et al. (Orgs.), *O trabalho pós-reforma trabalhista* (Vol. 1, pp. 78-113). Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), UNICAMP.

Cacciamali, M. C., & Tatei, F. (2016). Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. *Estudos Avançados*, 30(87), 103–121. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870007>

Cano, W. (1998) *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995* (2a ed.). Instituto de Economia da UNICAMP.

Cano, W. (2007). *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (5a ed.). Instituto de Economia da UNICAMP.

Krein, J. D. (2018). O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, 30(1), 77–104. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>

Krein, J. D., & Manzano, M. F. (2014). Notas sobre formalização. [Estudo de Caso: Brasil], Forlac – Programa de formalização na América Latina e no Caribe. Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe. [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro\\_lima/documents/publication/wcms\\_245624.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro_lima/documents/publication/wcms_245624.pdf)

Macedo, F. C. de, & Porto, L. R. (2020). Um olhar territorial para o mercado de trabalho no Brasil (2002-2018). *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, IPEA, (24), 29–37. [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10677/1/brua\\_24\\_ensaio\\_economia\\_regional\\_art\\_3.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10677/1/brua_24_ensaio_economia_regional_art_3.pdf)

Mattos, F. (2015). Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, 29(85), 69–85. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500006>

Oliveira, T. (2017). *Trabalho e padrão de desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro*. Hucitec.

Pochmann, M. (2020). Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(1), 89–99. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.29562019>

Proni, M. W., & Gomes, D. C. (2019). Problemas crônicos do mercado de trabalho no Brasil: diferenças regionais, 2014-2019. In E. T. Leone & M. W. Proni (Orgs.), *Facetas do trabalho no Brasil contemporâneo* (pp. 21-36). CRV. [https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/centros-e-nucleos/facetas\\_do\\_trabalho\\_no\\_brasil\\_contemporaneo.pdf](https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/centros-e-nucleos/facetas_do_trabalho_no_brasil_contemporaneo.pdf)

## Fonte de dados

Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Comex Stat. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>

Confederação Nacional da Indústria (CNI). Perfil da indústria nos estados. <https://perfilindustria.portaldaindustria.com.br/>

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (F.Seade). Seade Painel: comércio exterior. <https://painel.seade.gov.br/comercio-externo-esp/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sistema de Contas Nacionais. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: divulgação trimestral. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>

Recebido em 07 de fevereiro de 2023.

Revisado em 05 de dezembro de 2023.

Aprovado em 22 de dezembro de 2023.